

# **Universidade Eduardo Mondlane**

## **Fundação Universitária**

*Discussão de Estratégias para a Mobilização de Capital para o Funcionamento e*

*Revitalização da Fundação Universitária da UEM*

### **Relatório**

#### **Sumário:**

Este Relatório é referente à Mesa-Redonda “Discussão das Estratégias para a Mobilização de Capital para o funcionamento e revitalização da Fundação Universitária da UEM”, evento organizado e realizado pela Fundação Universitária da Universidade Eduardo Mondlane (FU), no dia 10 de Fevereiro de 2022, no Anfiteatro 1501 do Complexo Pedagógico, das 9h às 13horas, com transmissão na página Web da UEM. O documento apresenta as notas de abertura e de encerramento do Magnífico Reitor, as intervenções nas sessões plenárias e as contribuições da plateia.

O evento começou com a apresentação do programa pela Mestre de Cerimónias, a Mestre Nilza César, tendo referido que a sessão teria três momentos, nomeadamente: i) A Sessão de Abertura, com a intervenção do Prof. Doutor Orlando Quilambo, Magnífico Reitor da UEM e Presidente do Conselho Geral da FU da UEM, que faria a contextualização, os desafios e perspectivas da FU; ii) Sessões Plenárias, que incidiriam sobre quatro temáticas, especificamente: lições aprendidas sobre a organização, funcionamento e financiamento das actividades de uma fundação, nos casos da Fundação Joaquim Chissano (FJC) e da Fundação Mecanismos de Apoio da Sociedade Civil (FMASC), possíveis formas de financiamento de instituições públicas sem fins lucrativos, no caso vertente de uma fundação universitária, o potencial técnico-científico da UEM e o seu papel na comunidade universitária e na economia nacional e, por fim, o papel das fundações filantrópicas e de outras instituições financiadoras e doadoras internacionais, no financiamento de actividades académicas; iii) O Prof. Doutor Orlando Quilambo teceria considerações finais e procederá o encerramento do evento.

Apresentado o programa, a Mestre de Cerimónias convidou o Prof. Doutor Francisco Vieira, Presidente do Conselho de Administração da FU da UEM para se dirigir aos presentes.

Ao usar da palavra, o Prof. Doutor Francisco Vieira começou por saudar à audiência, manifestou a sua satisfação pela disponibilidade de cada um dos oradores e do público presente, tendo descrito o encontro como um momento de aprendizagem e uma possibilidade para a melhoria do seu desempenho na FU. A seguir, convidou o Prof. Doutor Orlando Quilambo, Magnífico Reitor da UEM e Presidente do Conselho Geral para proceder a abertura da Mesa Redonda.

O Prof. Doutor Orlando Quilambo, depois de saudar à audiência e manifestar sua gratidão, referiu que iria fazer um curto uso do tempo, de modo a permitir que o resto do tempo fosse dedicado à discussão do futuro da FU. Apresentou o objectivo geral do evento, que era reflectir sobre as estratégias para a mobilização de capital para o funcionamento e revitalização da FU, uma entidade criada pela UEM, no longínquo ano de 2000, como corolário do processo de reforma da administração e gestão da UEM, em curso na altura. Destacou que a disponibilidade dos presentes demonstrava o seu comprometimento com os desígnios da construção de uma FU da UEM mais actuante e melhoria na capacidade de mobilização de recursos. Definiu as fundações como personalidades jurídicas sem fins lucrativos que perseguem um projecto estabelecido pelo fundador e cumpre uma vontade solidária. Citando outros autores, definiu fundação como uma organização sem fins lucrativos, criada por iniciativa de pessoas físicas ou

jurídicas para a gestão de um património que lhe é concedido definitivamente pelo fundador para a satisfação de uma certa finalidade. Num outro desenvolvimento, afirmou que a fundação podia ser uma instituição que se formava pela consignação de um património para servir a certo fim de utilidade pública ou actuar em benefício da sociedade, caracterizando-se por seus fins de caridade aos beneficentes, tendo como objectivos principais a pesquisa, o zelo pela educação e saúde. Numa perspectiva comparativa, sublinhou que enquanto as associações ou sociedades tinham como foco o indivíduo, o que particularizava uma fundação era o património. Explicou que as fundações nasciam da alocação de um património inicial que serviria para prestar serviços de interesse colectivo ou social. Em termos gerais, dilucidou que as fundações caracterizam-se como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins económicos ou lucrativos que se formam a partir de um património destacado pelo seu instituidor através de estrutura pública ou testamento para servir a um objectivo específico voltado às causas de interesse público. Esclareceu, finalmente, que as fundações podem ser constituídas por indivíduos, por empresas ou pelo poder público.

No desdobramento da sua intervenção, o Prof. Doutor Orlando Quilambo justificou sua sumária incursão teórica sobre as fundações para demonstrar sua uniformidade na prossecução de um objectivo social existente ou através da consignação de património, por um lado e, por outro, como tentativa de identificação das causas do aparente insucesso da FU. Explicou que a FU foi instituída pela UEM como uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, dotado de uma personalidade jurídica, com o fim patrimonial de mobilização, captação e geração de recursos para o funcionamento da UEM, incluindo a mobilização de recursos para fins sociais, a concessão de bolsas e de outros subsídios para fins educativos, culturais ou científicos, o fomento de iniciativas de âmbito científico, técnico, económico ou cultural, a dinamização e transferência de tecnologias adequadas pelo sector produtivo, entre outros. Fez ver que, apesar de a FU ter sido criada há 20 anos, o nível da sua organização, capacitação institucional e desempenho ainda era bastante insipiente, estando aquém da sua função e geração de rendimentos fixada pela UEM, seu instituidor. Destacou que, até então, a Fundação não se constituía como um centro de geração de rendimentos, uma vez que os projectos não produziam resultados para a inversão do cenário. Disse que a estratégia de mobilização de fundos aprovada pela UEM colocava desafios que requeriam uma reestruturação, reorganização e recapitulação urgente da Fundação para que ela desse os primeiros passos na direcção almejada. Falou do lugar privilegiado da Fundação na UEM, podendo aprender dos erros possivelmente cometidos e traçar uma estratégia baseada na experiência acumulada e guiada por princípios de sinergia e

ou complementaridade. Concluindo, disse que a realização daquela mesa redonda enquadrava-se nos esforços da UEM e da actual direcção da FU da UEM para encontrar caminhos para a recapitalização daquela entidade com algum desafio na disponibilidade de recursos para o seu funcionamento normal bem como a materialização de projectos de geração de rendimentos que pudessem contribuir para a criação da sustentabilidade económica e financeira da FU da UEM. Mencionou factores como a falta de capital de investimento, ausência de capacidade para constituição de garantias, a falta de recursos financeiros para a contratação de pessoal com qualificações e competências técnicas nas áreas de negócios e a actual conjuntura económica nacional e internacional fortemente condicionada pela pandemia da Covid 19.

O Prof. Doutor Orlando Quilambo terminou o seu discurso recapitulando a temática principal da mesa redonda – *Estratégias de mobilização de capitais para o funcionamento e revitalização da Fundação Universitária da UEM* - e elencou os objectivos principais do encontro: a recolha de ideias, recomendações e ensinamentos de todos os participantes, mediante sua vasta experiência profissional, conhecimento científico com vista a formular-se uma estratégia realista capaz de conduzir à criação de condições materiais financeiras imprescindíveis ao estabelecimento efectivo da FU da UEM, num contexto em que a UEM operacionaliza o seu plano estratégico de transformação numa universidade de investigação, com diversificação de fontes de financiamento, amiga de iniciativas inovadoras, eficiente na gestão de recursos, rigorosa na contenção de gastos e buscando sustentabilidade das acções, porque orientadas por uma visão. Dito isto, manifestou-se expectante em relação aos resultados do evento e declarou aberta a mesa redonda.

No acto seguinte, a Mestre de Cerimónia convidou ao pódio o Prof. Doutor Jamisse Wilson Taimo, antigo Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais e antigo Presidente do Conselho Nacional de Eleições para moderar a primeira sessão plenária, sob o tema “Lições aprendidas sobre a organização, funcionamento e financiamento de actividades de uma fundação: os casos da Fundação Joaquim Chissano (FJC), Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) e Fundação MASC ().” Nesta sessão, procurava-se ouvir e recolher as experiências de Fundações nacionais consolidadas e reputadas. Serviram de oradores o Doutor Leonardo Simão, em representação da Fundação Joaquim; a Doutora Zélia Menete, representante da FDC; e o Prof. Doutor João Pereira, representando a FMASC.

O primeiro interveniente, o Doutor Leonardo Simão começou por saudar a FU da UEM pela iniciativa de organizar aquele importante evento, que abria espaço para uma ampla reflexão

conjunta sobre as fundações nacionais como participantes activos no processo de desenvolvimento nacional e dos obstáculos que enfrentavam. Em nome da FJC e no seu nome pessoal, agradeceu pelo convite que lhe foi endereçado para partilhar as suas experiências e reflexões. Procedeu a apresentação geral da FJC, como uma instituição filantrópica moçambicana instituída por sua excelência Joaquim Alberto Chissano, antigo presidente da República de Moçambique, em 2005. Disse que o Governo da República de Moçambique reconheceu a FJC na qualidade de sujeito de direito com personalidade jurídica e concedera-lhe o estatuto de entidade com utilidade pública através da resolução no. 71/2004 de 31 de Dezembro do Conselho de Ministros. Citando os estatutos, disse que a FJC tinha o objectivo de desenvolver acções de promoção da paz e de desenvolvimento económico, social e cultural em Moçambique, na África Austral, no Continente Africano e no mundo em geral. Falando da visão, disse que a FJC pretendia ver as populações moçambicanas e africanas com níveis de vida mais elevados, vivendo em paz, num continente mais integrado, livre de conflitos armados e miséria, bem como do flagelo da fome e das doenças endémicas evitáveis e com maior capacidade do uso integrado dos seus recursos e valores para o desenvolvimento, particularmente nas zonas rurais. A missão da FJC, segundo o orador, consiste em contribuir para a elevação do nível de qualidade de vida económica, social e cultural das populações, em particular das populações rurais, através da realização de projectos de desenvolvimento integrado e sustentável, promover a cultura da paz no seio das comunidades, elevar o conhecimento e valorização da cultura e afirmação da identidade cultural moçambicana e africana. Descreveu a estrutura da FJC, que comporta o seu Presidente, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal, todos constituídos por voluntários. Referiu que a implementação dos projectos era da responsabilidade da Direcção Executiva, comportando diversos departamentos. Disse que a FJC iniciara as suas actividades com um património constituído por um edifício de três pisos, um centro de formação agrária, com três edifícios, dois armazéns, um matadouro e dois campos de cultivo, um fundo de 12 milhões de maticais. Nas suas palavras, aquele património vinha sendo complementado por inúmeras parcerias através das quais recursos eram angariados. Disse que a criação da FJC fora motivada pela vontade que o Presidente Chissano sentira de criar um instrumento que lhe permitiria ser ativo no apoio aos esforços colectivos de desenvolvimento do país, da região da SADEC e da África em Geral, depois da sua retirada das tarefas governamentais. Citando o Presidente Chissano, o orador afirmou que o binómio pobreza-conflito devia ser o eixo principal dos trabalhos da FJC, porque por trás de conflitos políticos sangrentos estava a pobreza, associada a sentimentos de exclusão, embora a motivação pudesse revestir-se de disfarce étnico, racial,

regional, por um lado; por outro, a natureza multiétnica do nosso país requeria que todos os grupos étnicos encontrassem espaços equitativos de expressão da sua cultura na sociedade, incluindo seus usos e costumes.

Expostas as razões conducentes à criação da FJC, o Doutor Leonardo Simão elencou as actividades realizadas pela mesma, designadamente: missões na resolução de conflitos em colaboração com organizações regionais e internacionais, como a SADEC, a União Africana (UA) e as Nações Unidas (ONU); funções de liderança nos processos de paz da Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Uganda, Madagáscar e na disputa fronteiriça entre o Malawi e a Tanzânia, ao longo do Lago Niassa; participação em conferências internacionais, onde à FJC cabe partilhar a experiência de Moçambique na resolução de conflitos; em associação com outras organizações internacionais, a FJC vinha sendo envolvida na construção e gestão de creches nas zonas rurais; com recurso a parcerias, a FJC vinha sendo envolvida na construção de centros de formação agrária e de abastecimento de água.

Como desafios principais, o Doutor Leonardo Simão caracterizou as instituições africanas como fracas, pelo facto de inverterem a lógica de criação de uma Fundação, criando-se primeiro a instituição para depois se procurar pelo fundo para o seu funcionamento, quando, do ponto de vista conceptual, se devia criar a instituição para gerir um património pre-existente. Fundamentou o seu argumento com exemplos dos países desenvolvidos, onde, segundo suas palavras, as fundações possuem um património substantivo, que ascende ao longo do tempo, à custa dos rendimentos obtidos dos investimentos feitos a partir do seu fundo inicial. Salientou que as fundações africanas eram instituições fracas, dependentes de doações, em apoios dos respectivos estados e garantia de longevidade. Disse que os donativos eram bem-vindos, mas podiam conter condicionalismos limitativos de autonomia das fundações, sobretudo de natureza política. Tornou observável que os donativos eram difíceis de prever quanto aos montantes a desembolsar e ao momento da sua disponibilização, dificultando o funcionamento das fundações, sendo comum em períodos de crise económica dos países doadores, como então com a Covid 19. Referiu a Lei no. 4/94 de 13 de Dezembro, conhecida como a lei do mecenato, como o único instrumento que incentivava o sector privado em Moçambique a apoiar o trabalho de organizações de fins não lucrativos como as fundações. Disse que, contanto que se louve o espírito norteador daquela lei, as empresas vinham-se queixando da complexidade da sua aplicação, o que ditara a perda da sua eficácia. Dilucidou que, apesar das reclamações, a referida lei não fora revista. Acrescentou que as dificuldades diversas enfrentadas pelas empresas na realização das suas actividades económicas não as incentiva à prática do mecenato. Recapitulou

que os estados africanos não costumavam financiar as fundações nacionais pelas seguintes razões: dificuldades orçamentais; a visão de as fundações serem porta de entrada de recursos e não parceiras com que se devia partilhar os exíguos recursos do estado; muitas instituições não manifestam um perfil para ser confiável pelo estado, na implementação dos programas de desenvolvimento nacional; atitudes de suspeita, senão de hostilidade que as fundações sofriam por parte de alguns funcionários do estado com poder de decisão que viam neles agentes de interesses externos; e ausência de uma política nacional de fundações.

Como recomendações, o Doutor Leonardo Simão elencou: as fundações têm grande potencial de serem parceiras relevantes do Estado nas tarefas de desenvolvimento nacional, por integrarem cidadãos motivados por uma causa e valores, flexibilidade de acção, para além da rede de contactos que possuem ou podem desenvolver; em alguns países, os governos criam fundações com objectivos definidos como forma de aumentar a eficácia da acção do estado sem as complexidades burocráticas próprias das instituições estatais; a necessidade de uma reflexão sobre as instituições filantrópicas nacionais de modo a estabelecer-se o seu potencial de contribuição nos programas de desenvolvimento de Moçambique, podendo-se colher subsídios a integrar na legislação nacional.

Ao terminar, o Doutor Leonardo Simão desojou sucesso àquele encontro, que lhe pareceu uma contribuição para o alargamento e consolidação dos passos de participação das organizações filantrópicas nacionais.

Na sequência das intervenções, o Prof. Doutor Jamisse Wilson Taimo passou a palavra à Doutora Zélia Menete, representante da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.

Ao tomar a palavra, a Doutora Zélia Menete saudou à audiência e esclareceu que a sua intervenção visava partilhar a experiência da FDC, mas tornou observável que a FU da UEM, por se tratar de uma instituição universitária era de natureza diferente da FDC. Disse que a FDC foi criada em 1994, tendo pouco mais de 20 anos de funcionamento; que as suas operações começaram pequeninas, mas etavam em todas as províncias e em mais de 120 distritos a implementar programas; que os programas da FDC são implementados pela própria instituição, havendo projectos implementados por instituições parceiras que recebem subvenções da FDC. Questionou as pretensões da FU da UEM no que respeita à amplitude das suas actividades, tendo apelado para a necessidade de se colher experiências de outras fundações universitárias. Disse que a FDC actuava na arena social, de advocacia e de prestação serviços, particularmente, no combate ao HIV, através da comunicação para a mudança de comportamentos, no combate à

malária, na nutrição, na educação, na segurança alimentar, no rastreio da despesa pública com a Assembléia da República, e com as Assembléias Provinciais. Referiu a missão da FDC como a capacitação das organizações da sociedade civil. Ressalvou que, para além de a FU da UEM mobilizar recursos, tinha que definir os serviços que pretende prestar. Questionou as razões pelas quais no decurso dos 20 anos desde à sua criação, a FU da UEM não se consolidou, como forma de identificação do que se devia corrigir. Observou que a FU da UEM era maioritariamente constituída por docentes, tendo aconselhado que a FU da UEM itegrasse profissionais a tempo inteiro, com qualificações técnicas de operacionalização de uma fundação. Apelou a que houvesse mais autonomia nos órgãos de direcção da FU da UEM. Referiu a sustentabilidade organizacional como importantate, a par da sustentabilidade financeira, mediante a criação de um património e subsequente criação de investimentos. Disse que o principal potencial da FDC não era a disponibilidade de recursos financeiros, mas a credibilidade que resulta da transparência na gestão, num rigoroso sistema de controlo e auditorias internas limpas. Terminou a sua intervenção referindo a necessidade de se comunicar e divulgar os resultados das actividades da FU da UEM como forma de publicitar o impacto da FU no desenvolvimento do país, abrindo possibilidades de alargamento de parcerias.

Na sequência das intervenções, o Prof. Doutor Jamisse Wilson Taimo passou a palavra ao Pror. Doutor João Pereira, representante da Fundação MASC.

Ao tomar a palavra, o Prof. Doutor João Pereira saudou à audiência e começou por recapitular uma questão levantada pela Doutora Zélia, referente à governação transparente como o maior desafio das instituições nacionais, regionais e internacionais. Disse que a FU da UEM tinha ao seu dispor instituições de quem podia colher experiencias, tendo exemplificado: a FDC, a FJC, a FMASC, a Fundação Aga Khan e outras, com procedimentos padronizados e que tornam credível uma instituição. Referiu-se à necessidade de adopção de políticas que contribuem para o funcionamento de uma fundação, como políticas de género, políticas de inclusão de grupos sociais marginalizados, políticas internas de combate à corrupção, ao terrorismo, política clara de remuneração e de contratação dos recursos humanos. Disse que a FMasc não tinha funcionários, mas prestadores de serviços à Fundação, contratados como consultores e remunerados à base dos resultados alcançados. Falou da necessidade de identificação das áreas de actuação da FU da UEM, sobretudo naquelas em que fiaria a diferença. Sugeriu para que a FU da UEM atentasse para as grandes tendências de financiamento, procurando utilizar os vocábulos sonantes, atentando para o perfil dos indivíduos a quem se atribuem as responsabilidades. Manifestou a sua frustração em estabelecer

parcerias com a UEM, na elaboração de manuais, por exemplo, mas denota um receio motivado pelas barreiras instituídas no passado, sendo necessário uma ruptura de modo a se reconstruir a FU da UEM. Concluiu a sua intervenção reiterando a disponibilidade da instituição que representa em estabelecer parcerias com a FU da UEM, como a Faculdade de Veterenária, num projecto de *lighstok*.

Terminadas as intervenções da primeira sessão plenária, o moderador passou a palavra ao auditório para tecer considerações.

Na sequência, o Prof. Doutor Narciso Matos retomou uma questão levantada pela Doutora Zélia, respeitante às causas da letargia da FU da UEM.

Pedindo a palavra, o Dr. Joaquim Maqueto Langa, PCA da Emose, retomou a questão da profissionalização referida pela Doutora Zélia e sugeriu a transformação da FU numa instituição profissionalizada de modo a gerar recursos para a UEM, integrando no seu organograma um conselho empresarial ou uma comissão, ou um clube de empresários que assessorasse a FU na concepção de projectos atractivos aos investidores.

Respondendo à questão retomada pelo Prof. Doutor Narciso Matos, o Prof. Doutor Francisco Vieira falou do curto tempo em que está a liderar os destinos da FU, disse que decorria uma auscultação sistemática aos colegas de modo a identificar as causas da letargia e as potencialidades da FU, para além de, em simultâneo, estar em processo de revisão dos estatutos da FU com vista a adequa-los à lei das fundações, que não havia há 20 anos, quando da criação da FU.

Devolvida a palavra à Mestre de Cerimónias, seguiu-se à segunda sessão plenária do dia, sob moderação sob a moderação do Prof. Doutor Cardoso Muendane, Administrador da Fundação Universitária da UEM, que convidou ao pódio os representantes do Banco Nacional de Investimentos (BNI), do Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), respectivamente, os Doutores Ilda Rocha, Bernardo Langa e Salimo Valá.

O Prof. Doutor Cardoso Muendane, ao tomar a palavra, enunciou a finalidade da sessão que era a de suscitar uma reflexão sobre possíveis formas de financiamento de instituições públicas sem fins lucrativos como a FU da UEM e pediu a todos os presentes para que se predisusessem a futuros contactos para o aprofundamento das questões discutidas, após o que passou a palavra à Doutora Ilda Grachane, em representação do Presidente da Comissão Executiva do BNI.

Na sua alocução, a Doutora Ilda Grachane deixou ficar as seguintes reflexões sobre as possibilidades de obtenção de financiamento por parte da FU, na condição de se tratar de uma instituição sem fins lucrativos: estabelecimento de parcerias com instituições financeiras de desenvolvimento, por terem a missão de promover o desenvolvimento sustentável, através do financiamento estruturado, tendo indicado o BNI como parceiro possível; disse que o BNI estava disponível para auxiliar a FU a encontrar financiamento através de instituições ou entidades que se identificam com as iniciativas da FU, sendo necessária uma aproximação da FU ao BNI para juntos delinarem estratégias de cooperação; sugeriu a criação de fundos próprios da FU, avançando que a FU pudesse ter membros que pagassem cotas mensais, a exemplo de integrar docentes da UEM; reafirmou que uma base sustentável era fundamental para requerer um financiamento às instituições bancárias; sugeriu o condicionamento à obtenção das bolsas de estudo na UEM ao pagamento de cotas para a FU; sugeriu a criação de salas institucionais, onde determinadas empresas exporiam suas publicidades, pelas quais seria possível colectar receitas; organização de jornadas científicas, envolvendo um público-alvo capaz de consumir os serviços oferecidos pela FU. Terminou a sua intervenção fazendo menção à necessidade de publicitação e exposição das actividades da FU de modo a atrair as grandes empresas, para que, no âmbito da sua responsabilidade social pudessem canalizar fundos à FU.

Na sequência, o Doutor Bernardo Langa, Director da área institucional do BCI, tomou a palavra e começou por destacar o facto de a FU ser de personalidade jurídica distinta da UEM, de direito privado, sendo a UEM de direito público. Disse que o maior desafio da FU era o de se tornar bancável, o que passaria pela concepção de receitas a curto prazo, numa fase inicial. Destacou que a FU devia estruturar-se de modo a provar que há capacidade interna para dar seguimento a projectos financiáveis, o que passa pela escolha acertada dos colaboradores da FU. Terminou a sua intervenção sugerindo que a UEM, apesar de ser de personalidade jurídica diferente, podia apoiar à FU de modo a que tenha uma base apetecível à banca.

Na sequência, o Doutor Salimo Valá fez o uso da palavra. Apresentou a estrutura da sua intervenção, tendo-a subdividido em duas partes, estando a primeira destinada a considerações gerais sobre a FU da UEM e a outra sobre o contributo da BVM para a revitalização da FU. No respeitante à FU, disse concordar com as opiniões precedentes no tocante à governação, à transparência e à credibilidade, mas manifestou o seu posicionamento crítico a uma situação de um país pobre como Moçambique, com uma dívida pública elevada, continuar a contar com apoio externo, apesar de reconhecer sua importância. Partilhando sua experiência de trabalho no Ministério de Planificação e Desenvolvimento, onde recebiam entre 500 e 600 milhões de

dólares anualmente, que parara de um momento a outro, recomendou a não se depositarem grandes esperanças nos donativos. Disse que Moçambique era um país apetecível a uma modalidade de negócio que designou de investimento directo estrangeiro, em áreas como agronegócios, turismo, energias, gás, carvão, rubis, para países do Leste Europeu, do Sudeste Asiático e do Médio Oriente. Questionou o valor diferencial da FU, tendo sugerido uma atenção para as potencialidades tecnológicas da UEM, quando comparada com outras instituições do ensino superior do país, podendo ser aproveitadas pela FU de modo a tirar proveito das grandes empresas operantes em Moçambique, para as quais seria dispendiosa a importação de tecnologia. Fundamentou seu argumento, citando o relatório recente que dava conta que das 10 maiores empresas globais, 8 actuam nas áreas tecnológicas. Lembrou que o maior tesouro dum país não é a totalidade de pessoas, não o ouro, ou o rubi, ou o gás, mas sim os moçambicanos. Mencionou as áreas definidas como prioritárias pelo governo, como a agricultura, o turismo, a energia, a industrialização e as infra-estruturas e de sucursais da UEM dispersas pelo país como o Instituto Superior de Desenvolvimento Rural em Vilanculos, a Escola de Hotelaria e Turismo em Inhambane, que podiam ser aproveitadas pela FU para a gestão de fundos.

Quanto ao contributo da BVM para a revitalização da FU, o Dr. Vala manifestou a sua insatisfação por a Bolsa ainda não ser um centro de negócios. Sublinhando que a BVM ainda não era um barómetro da economia nacional, referiu que de 2016 àquele momento apenas 12 empresas estavam cotadas, que, na lista das 100 maiores empresas, somente 4 estavam cotadas, embora reconhecendo que no referido intervalo de tempo a capitalização ascendeu de 8 para 19%. Disse que o estado da FU não permite um trabalho directo em a BVM, mas referiu uma possibilidade de colaboração através do mercado de capitais da BVM, atendendo às suas obrigações universitárias. A segunda possibilidade seria tira-se proveito dos contactos da BVM com vários fundos de investimentos com as Maurícias, do Médio Oriente, o Leste e Sudeste Asiático, o Leste Europeu, regiões com recursos, a que não se dá muita importância por se estar habituados aos donativos do Ocidente, terminando por mencionar países como a Polónia, a República Checa, o México, a Indonésia como exemplos de novas possibilidades de obtenção de financiamento, bastando conceber projectos apetecíveis.

Terminadas as apresentações, a plateia foi convidada a intervir. Pedindo a palavra, o Dr. Joaquim Maqueto Langa lembrou a necessidade de um discurso futurista, afirmando que uma das causas da letargia da FU nos 20 anos foi o desacerto nas estratégias e na incompetência das lideranças. Reafirmou que o sucesso da FU está dependente da atribuição de tarefas a pessoas pragmáticas e competentes, orientadas para o negócio. Como propostas avançou:

transformar a FU num megacentro de serviços e consultoria; a FU devia catalogar ou identificar na UEM ideias com potencial de serem transformadas em negócio; desenvolver competências diplomáticas com vista a mobilizar recursos; seleccionar profissionais mediante concurso público; finalmente, apresentou uma proposta concreta da EMOSE, que tem um memorando de entendimento com a UEM, podendo ser aproveitado como fonte de capitalização da FU mediante a mobilização de seguros de saúde ou de funeral para a comunidade universitária.

Na sequência, o Dr. Estágio Rajá dirigiu uma pergunta específica aos representantes da banca, procurando saber se a banca não poderia materializar as ideias da UEM investindo com capital de risco.

Na sequência, o Prof. Doutor Cabinda mostrou-se céptico à ideia de a FU esperar financiamento bancário por envolver juros altíssimos, a não ser que a banca tivesse um mecanismo diferente na relação com a FU, pelo que sugeriu a utilização do activo interno da Universidade, como venda de bonés e camisetas à comunidade universitária e ao público em geral. Opondo-se à ideia de se usar docentes, estudantes e CTA como membros da FU, sob o risco que tornar a FU numa associação. Concluiu a sua alocução sublinhando que a FU devia tirar proveito das potencialidades internas, transformando em negócio o património disponível.

Devido à exiguidade de tempo, o Prof. Doutor Cardoso Muendane, na qualidade de moderador, disse à audiência que a FU estava tinha as portas abertas para auscultar permanentemente as sugestões para o bom andamento da FU e devolveu a palavra à mestre de cerimónia, que convidou o Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo, Administrador não Executivo da FU, para moderar a terceira sessão plenária.

Usando da palavra, e após observar todo o protocolo, o Prof. Doutor Arlindo Chilundo convidou ao pódio o Prof. Doutor Manuel Macie para falar do Potencial Técnico-científico da UEM. A comunicação pretendeu mostrar o potencial que a UEM possui em termos de pessoal qualificado, campos de investigação relevantes e potencialmente financiáveis e património, que podem ser capitalizados e atrair investimentos e possibilitar a revitalização da FU. O Prof. Doutor Manuel Macie mostrou que a UEM tinha a maior concentração de doutorados, com o registo de 550 Doutores, 795 mestres, significando um elevado potencial de produção de conhecimentos úteis para a sociedade. Disse que, em média, havia 400 projectos de investigação por ano na UEM, havendo outros de formação e capacitação dos recursos humanos. Apresentou o mapa de publicações por áreas científicas. Retratou, através de um gráfico, a evolução da população estudantil nos últimos 10 anos, anotando que a UEM estava

concentrada na formação de licenciados, sendo modestos os números de mestrados e doutoramentos. Apresentou e explicou gráficos referentes às actividades de extensão e centros de investigação da UEM. Questionou se o mercado e o Estado precisavam da Universidade para mostrar a necessidade de políticas claras do contributo das Universidades para o desenvolvimento do país. Concluiu a sua intervenção falando dos desafios internos da UEM, como a reforma institucional.

Comentando àquela intervenção, o Prof. Doutor João Pereira pediu a palavra e falou da mentalidade que se tinha de mercado centrava-se no mercado formal, mas tornou evidente que, a exemplo da Índia, o que caracterizava o comércio no continente africano era o mercado informal, com impacto significativo sobre as economias nos próximos 20 anos. Questionou se havia possibilidade de as Universidades facultarem produtos e serviços ao mercado informal. Questionou, outrossim, as possibilidades de regeneração das Universidade, num contexto em que o Estado é minimalista, i.e., incapaz de assumir as responsabilidades sobre as Universidades. Concluiu, procurando saber do que se devia fazer para elidir a cultura de dependência na UEM.

Passou-se à 4ª sessão plenária, sob moderação do Prof. Doutor José Augusto Tomo Psico, que convidou ao pódio o Prof. Doutor Narciso Matos, antigo Reitor da Universidade A Politécnica, antigo Reitor da UEM e Secretário-geral da Associação das Universidades Africanas.

Na sua alocução, o orador recomendou que a FU tomasse em conta que:

- A ideia de doação está a ser substituída pela ideia de promoção de oportunidades;
- As empresas potenciais financiadoras operam numa perspectiva de investir em áreas em que podem retirar benefícios futuros;
- É preciso conhecer bem onde se vai buscar financiamento;
- Identificar devidamente o nível em que se vai negociar (com quem se vai negociar);
- Cultivar permanentemente a relação com o parceiro;
- Considerar a reputação do país, pois tem muita influência na captação de recursos. Isto torna-se uma grande oportunidade quando a organização demonstra autonomia em relação ao Governo;
- Os financiadores dão dinheiro a pessoas que trabalham nas instituições e não nas instituições em si. É preciso considerar a integridade e credibilidade das pessoas;
- É necessário autonomizar as fundações;
- É preciso cultivar a prática de concursos;

- É necessário buscar parcerias regionais, internacionais;
- A FU deve procurar tornar-se visível;
- É importante comunicar adequadamente por escrito;
- Definir uma estratégia de financiamento.

O último acto do evento foi a apresentação das considerações finais e encerramento pelo Magnífico Reitor da UEM, em cujo discurso agradeceu aos oradores e moderadores pela riqueza das discussões que promoveram; agradeceu aos organizadores do evento e desafiou-os a perspectivarem outras ocasiões similares e a aprofundarem as reflexões sobre as razões da incipiência das actividades da Fundação; os sistemas e procedimentos eficazes de governação institucional; as políticas internas; o mapeamento dos campos de actuação em que a FU podia fazer a diferença; e a consideração dos tipos de parcerias para a concretização de projectos. Posto isso, considerou encerrado o evento.

Os trabalhos do evento terminaram pontualmente, e conforme programado, às 13 horas, e seguiu-se um lanche na parte exterior da sala dos actos.